

A Semana

Propaganda indevida

O plenário do Conselho Nacional do Ministério Público decidiu, por unanimidade, instaurar um processo disciplinar contra o procurador Diogo Castor de Mattos, que pagou por um *outdoor* em homenagem à Lava Jato. “Representou, ao fim e ao cabo, uma promoção dos integrantes da força-tarefa. Tal conduta caracteriza, em tese, violação dos deveres funcionais”, observou o corregedor Rinaldo Reis. Agora, o conselho quer saber se Mattos utilizou nome de terceiros para contratar a peça e a origem do dinheiro. Instalado em 2019, o *outdoor* trazia a imagem de dez procuradores de Curitiba e um texto laudatório: “Bem-vindo à República de Curitiba, terra da Operação Lava Jato, a investigação que mudou o País. Aqui a lei se cumpre”.

Privatização/Devagar com o andor

A venda de subsidiárias da Petrobras fica em suspenso

A direção da Petrobras anunciou na terça-feira 22 o adiamento da operação de venda de ações remanescentes da BR Distribuidora. Depois de repassar o controle da maior distribuidora de combustíveis do País em 2019, a estatal preparava-se para realizar nova oferta pública e se desfazer da participação de 37,5% da BR. Autorizado pelo Conselho de Administração em agosto, o negócio acabou suspenso em virtude das perdas acumuladas pelo mercado financeiro em meio ao agravamento da pandemia de coronavírus em alguns países europeus. Além disso, mais um ministro do Supremo Tribunal Federal votou pela suspensão da venda de subsidiárias da Petrobras sem o aval do Congresso.

Relator da Reclamação 42.576, movida pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado, o ministro Edson Fachin foi o primeiro a manifestar-se contra a privatização das subsidiárias da Petrobras sem autorização do Parlamento. “Não se está afirmando que essa venda não seja possível, necessária ou desejável dentro do programa de desinvestimentos da empresa, mas que essa ação depende do necessário crivo do Congresso e procedimento licitatório.” Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio Mello acompanharam o voto do relator, mas o julgamento em plenário virtual acabou adiado por um pedido de destaque apresentado por Luiz Fux, o presidente da Corte.

Não há previsão de quando a análise será

retomada. Caberá ao próprio Fux marcar a data do novo julgamento. Em Ação Direta de Inconstitucionalidade, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) denunciam que o governo também tenta, nos mesmos moldes, privatizar a Caixa, um subterfúgio para entregar o banco público à iniciativa privada sem autorização do Congresso, na contramão do que determina a Constituição.



Fachin é contra a venda sem aval do Congresso

ARQUIVO NACIONAL, ISAC NÓBREGA/PR E ANTONIO CRUZ/ABR



30.9.20

Ditadura/A reparação da Volks

A filial brasileira da montadora admite a colaboração com o regime



A fábrica do ABC abrigou um ativo esquema de colaboração com o Dops

A Volkswagen do Brasil comprometeu-se na quarta-feira 23 a destinar 36,3 milhões de reais a ex-funcionários presos, perseguidos ou torturados durante a ditadura. Em abril de 2019, *CartaCapital* revelou com exclusividade que a montadora estava prestes a assinar o Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, no qual reconhecia a sua colaboração com órgãos de repressão.

A fábrica do ABC paulista abrigou um esquema ativo de colaboração com os militares. A direção da companhia, conforme revelam numerosos documentos, delatou, capturou e

permitiu a prisão de operários considerados subversivos. Segundo as investigações iniciadas na Comissão da Verdade de São Bernardo do Campo, o monitoramento de funcionários era coordenado pelo Departamento de Segurança Industrial da empresa.

Do valor total da indenização, 16,8 milhões de reais serão repartidos entre ex-operários perseguidos. Outros 10,5 milhões serão destinados a projetos de memória sobre as violações aos direitos humanos no Brasil. Os 4,5 milhões restantes serão destinados à Unifesp para o financiamento de pesquisas sobre a colaboração de empresas com a ditadura.

Frota e laranja

O Ministério Público de São Paulo denunciou o deputado federal Alexandre Frota, do PSDB, por falsidade ideológica na alteração societária de duas empresas de publicidade. Segundo o promotor Marcelo Mendroni, o parlamentar usou o ex-assessor Marcelo Ricardo Silva como "laranja" no esquema. O tucano repassou as empresas para o então funcionário com o objetivo de "receber valores cujas origens desejava ocultar". Frota nega qualquer irregularidade.

Educação/O PADRÃO FEBEAPÁ CONTINUA

O MINISTRO RIBEIRO ATRIBUI A HOMOSSEXUALIDADE A "FAMÍLIA DESAJUSTADA"

O ministro da Educação, Milton Ribeiro, parece disposto a competir com o antecessor, Abraham Weintraub, na frenética atualização do Febeapá, o Festival de Besteiras que Assola o País, anedotário criado por Sérgio Porto nos anos 1960. Em entrevista ao *Estado de S. Paulo*, Ribeiro afirmou que o "homossexualismo" de alguns adolescentes é

resultado de "uma família desajustada". Não bastasse, durante o Fórum Nacional sobre Letalidade Infantojuvenil, disse que o Estatuto da Criança e do Adolescente "tem sido usado como um direito para matar".

"O evento era para tratar de medidas visando à diminuição das mortes de adolescentes por meio do cumprimento do ECA", observa o advogado

Ariel de Castro Alves, integrante do Condepe, o conselho paulista de direitos humanos. "Será que ele desconhece que 32 crianças e adolescentes são assassinados por dia no Brasil? E que os homicídios cometidos por adolescentes não representam nem 10% do total desses crimes? O ministro deveria estudar mais antes de falar besteiras por aí."



Não bastasse, o ministro da Educação ainda atacou o ECA



A Semana

Duplo padrão

A jogadora Carolina Solberg tem sido atacada por um ato de protesto contra Bolsonaro. Após a conquista do bronze do Circuito Brasileiro de Vôlei de Praia, ela gritou durante uma entrevista: "Só para não esquecer, fora, Bolsonaro!". O gesto irritou a Confederação Brasileira de Voleibol. Em nota, a entidade prometeu tomar "as medidas cabíveis para que fatos como esse não voltem mais a ser praticados". Dois pesos, duas medidas. Em 2018, em meio às eleições presidenciais, os jogadores da seleção masculina Wallace e Maurício Souza fizeram o número 17 com os dedos ao posar para uma foto durante a disputa do Campeonato Mundial. O registro chegou a ser divulgado pela CBV nas redes sociais. Diante das críticas, a entidade evocou a liberdade de expressão.



Rio de Janeiro/ À espera de um milagre

Justiça Eleitoral tem maioria para tornar Crivella inelegível

Poupado em duas ocasiões pelos vereadores de um processo de *impeachment*, o prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Crivella, corre o risco de perder seus direitos políticos. O Tribunal Eleitoral Regional do Rio de Janeiro formou maioria (6 a 0) para torná-lo inelegível até 2026. A efetiva cassação dos direitos depende da proclamação do resultado, ao fim do julgamento, adiado por um pedido de vistas do juiz Vitor Marcelo Aranha. Ex-professor de

Flávio Bolsonaro, Aranha foi escolhido para a corte fluminense por Jair Bolsonaro. Entrou na lista tríplice de candidatos ao cargo na última hora, em uma eleição suplementar para substituir o terceiro colocado. Candidato à reeleição, o prefeito carioca é acusado de abuso de poder político e religioso. Crivella ainda pode recorrer. O prefeito enfrenta ainda a apuração de crimes de corrupção passiva e organização criminosa em um suposto "QG da Propina" instalado na Prefeitura.



A ministra nega ter discutido o caso da garota

Suborno/ A VIDA POR UM CARRO

DAMARES É ACUSADA DE TENTAR IMPEDIR O ABORTO DA MENINA DE 10 ANOS

A ministra Damares Alves movimentou-se nos bastidores para impedir que a menina de 10 anos, estuprada e engravidada por um tio, pudesse interromper a gestação. Segundo a *Folha de S. Paulo*, Damares enviou aliados e servidores à cidade de São Mateus, no Espírito Santo, para uma série de reuniões com os responsáveis por conduzir

o procedimento, garantido em lei. A própria ministra teria participado de ao menos uma dessas reuniões por videoconferência. Testemunhas afirmam que os emissários de Damares seriam os responsáveis por vazarem o nome da criança à ativista Sara Giromini, que o divulgou em redes sociais. Ainda segundo o jornal, foram oferecidas benfeitorias ao conselho

tutelar local. Uma delas seria o "kit Renegade", composto de um Jeep Renegade (avaliado em 70 mil reais) e equipamentos de infraestrutura. Em nota, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos admitiu a ida de servidores e a participação de Damares em uma reunião, mas negou ter discutido o caso da menina.

TÂNIA RÉGO/ABR. COLUMBIA LAW SCHOOL. DANIEL FUNG/ISTOCKPHOTO E MARCELO CAMARGO/ABR



EUA/Direitos civis em risco

O legado da juíza Ruth Bader Ginsburg está ameaçado

Quando o conservador Antonin Scalia morreu – 269 dias antes da eleição de 2016 nos Estados Unidos –, os senadores republicanos impediram Barack Obama de nomear alguém para a sua cadeira na Suprema Corte sob o argumento de que a vaga deveria ser preenchida pelo próximo presidente. Esse precedente voltou ao centro do debate com a morte da juíza Ruth Bader Ginsburg, um ícone na proteção dos direitos civis. Ginsburg morreu na sexta-feira 18, aos 87 anos, por complicações de um câncer de pâncreas metastático – a apenas 46 dias antes da eleição. Donald Trump ameaça nomear um substituto às pressas e o líder da maioria no Senado, Mitch McConnell (o mesmo que estancou o processo em 2016), promete votar a indicação em tempo recorde. A morte da juíza Ginsburg ocorre em meio a discussões sobre seu legado no tribunal. A administração Trump entrou, por exemplo, com um



Ícone na proteção dos direitos civis, Ginsburg morreu de câncer

pedido de emergência para restabelecer as restrições a uma pílula usada para induzir o aborto precoce. Progressistas temem que a mudança leve à reversão dos direitos reprodutivos e restrinja ainda mais o chamado “Obamacare”, maior projeto de mudança no sistema de saúde americano.

Falsos autônomos

A Suprema Corte da Espanha admitiu a relação trabalhista entre entregadores e aplicativos de *delivery*. Na quarta-feira 23, o tribunal decidiu que a Glovo, uma das grandes empresas do setor, “não é mera intermediária na contratação de serviços entre empresas e distribuidores”. Seus “parceiros” seriam, portanto, falsos autônomos. A decisão premia uma longa batalha judicial iniciada por um dos mais antigos entregadores da companhia no país.

Finanças/LAVANDERIA GLOBAL

MOVIMENTAR DINHEIRO SUJO É COISA DE BANCO GRANDE

Cinco grandes bancos internacionais lucraram com a lavagem de dinheiro de oligarcas, traficantes, burocratas e terroristas. É o que revela um relatório do Financial Crimes Enforcement Network, braço do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. A papelada, divulgada pelo site BuzzFeed e compartilhada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos,

cita o JP Morgan, o HSBC, o Standard Chartered Bank, o Deutsche Bank e o Bank of New York Mellon. Segundo os investigadores, as instituições continuaram a lucrar com a lavandaria mesmo depois de multados por agências dos EUA. Entre as empresas beneficiadas por operações ilegais estaria a Eucatex, da família de Paulo Maluf, que teria movimentado

o equivalente a 1,4 bilhão de reais. Outro conglomerado brasileiro, o Schahin, teria usado uma empresa de fachada para ocultar a fortuna dos acionistas em um processo de falência. A dívida atual do grupo é estimada em 10 bilhões de reais. Passados cinco anos do pedido de recuperação judicial, apenas 36 milhões em bens leiloados foram recuperados.



O JP Morgan é um dos acusados de abrigar dinheiro ilícito

